



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 88, DE 2020

(n° 723/2020, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor FERNANDO ESTELLITA LINS DE SALVO COIMBRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Estados Unidos Mexicanos.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 723

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor **FERNANDO ESTELLITA LINS DE SALVO COIMBRA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Estados Unidos Mexicanos.

Os méritos do Senhor **FERNANDO ESTELLITA LINS DE SALVO COIMBRA** que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 07 de dezembro de 2020.

Brasília, 3 de Dezembro de 2020

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **FERNANDO ESTELLITA LINS DE SALVO COIMBRA**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil nos Estados Unidos Mexicanos.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **FERNANDO ESTELLITA LINS DE SALVO COIMBRA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo



Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE **FERNANDO ESTELLITA LINS DE SALVO COIMBRA**

CPF.: 264.539.596 -15

1960 Filho de Marco Antonio de Salvo Coimbra e Martha Estellita Lins de Salvo Coimbra, nasce em 1º de junho, em Havana, Cuba (brasileiro de acordo com o artigo 129, inciso II, da Constituição Federal de 1946).

Dados Acadêmicos:

1984	Bacharel em Ciências Sociais, Antropologia, pela Universidade de Brasília/DF
1986	Curso de Preparação à Carreira Diplomática, no Instituto Rio Branco
1995	Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas - IRBr
2008	Conclusão do Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, com defesa da tese "A Política Externa da Índia para os Países em Desenvolvimento e o Relacionamento Brasil-Índia",

Cargos:

1987	Terceiro-Secretário
1993	Segundo-Secretário
1999	Primeiro-Secretário, por merecimento
2004	Conselheiro, por merecimento
2008	Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2015	Ministro de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1988-89	Divisão da Organização dos Estados Americanos, assistente
1989-90	Divisão de Assuntos Humanitários e do Meio Ambiente,
1990-91	Divisão do Meio Ambiente, assistente
1991-94	Embaixada em Washington, Terceiro e Segundo Secretário
1994-98	Embaixada em Quito, Segundo Secretário
1998-99	Assessoria de Comunicação Social, de 12/1/1998 a 29/6/1999 - Chefe do Setor de Divulgação (1998), Chefe do Setor de Imprensa (1998-1999)
2000-04	Missão junto à ONU, Nova York, Primeiro Secretário, de 22/8/2000 a 8/2/2004, Direitos Humanos e Temas Sociais - acompanhamento dos trabalhos da Terceira Comissão
2004-07	Embaixada em Nova Delhi, Primeiro Secretário e Conselheiro, de 9/2/2004 a 11/2/2007 - Chefe dos Setores Comercial e Consular (2004), Chefe do Setor Político (2005-2007)
2007	Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais, assistente
2007-10	Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, Conselheiro Titular, Representante do MRE
2007-10	Divisão do Meio Ambiente, Chefe
2007-10	Comissão Nacional de Biodiversidade, Conselheiro Titular, Representante do MRE
2008-10	Conselho Nacional de Recursos Hídricos, Conselheiro Titular, Representante do MRE
2009-10	Câmara Técnica de Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços, Presidente
2010-11	Embaixada em Lisboa, Ministro-Conselheiro
2011-17	Chefe da Assessoria de Assuntos Internacionais, Ministério do Meio Ambiente
2017-18	Subsecretaria-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia, Assessor
2018	Embaixada em Nairóbi, Embaixador

LUIS PINTO COSTA

Chefe, substituto, da Divisão do Pessoal

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Departamento do México, Canadá, América Central e Caribe
Divisão do México e América Central

MÉXICO



Maço Básico
OSTENSIVO
Setembro de 2020

DADOS BÁSICOS DO MÉXICO

NOME OFICIAL	Estados Unidos Mexicanos
GENTÍLICO	Mexicano
CAPITAL	Cidade do México
ÁREA	1.964.375 km ²
POPULAÇÃO (2019, FMI)	125,929 milhões de habitantes
IDIOMA	Espanhol (oficial) e 89 línguas indígenas reconhecidas
RELIGIÕES	Católica (82,7%), Evangélicos (7,5%), Cristãos não evangélicos (2,2%), outras (0,2%), sem religião (4,7%), não declarado (2,7%)
SISTEMA DE GOVERNO	República presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Congresso da União (bicameral): Senado da República (128 membros) e Câmara dos Deputados (500 membros)
CHEFE DE ESTADO E GOVERNO	Andrés Manuel López Obrador (desde 1/12/2018)
CHANCELER	Marcelo Ebrard Causabón (desde 1/12/2018)
PIB (FMI)	US\$ 1,22 trilhão (2018)
PIB PPP (FMI)	US\$ 2,57 trilhões (2018)
PIB <i>per capita</i> (FMI)	US\$ 9.810 (2018)
PIB PPP <i>per capita</i> (FMI)	US\$ 20.600 (2018)
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	+2,1% (2018)
UNIDADE MONETÁRIA	Peso mexicano
IDH (2016, UNDP)	0,762 / 77º
EXPECTATIVA DE VIDA (2016, PNUD)	77 anos
ÍNDICE DE DESEMPREGO (FMI)	3,3% (2019)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	José Ignacio Piña Rojas

**INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL – REPÚBLICA DOMINICANA
(US\$ MILHÕES FOB) – Fonte: Ministério da Economia**

BRASIL ⇒ MÉXICO	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Intercâmbio	10,078	10,025	9,033	7,966	7,341	8,752	9,414	9,10
Exportações	4,003	4,230	3,670	3,588	3,813	4,514	4,505	4,89
Importações	6,075	5,795	5,363	4,378	3,528	4,238	4,909	4,19
Saldo	-2,072	-1,565	-1,693	-0,790	0,285	0,276	-0,404	0,70



ANDRÉS MANUEL LÓPEZ OBRADOR **Presidente do México**

Andrés Manuel López Obrador nasceu em 13.11.1953, em Tepetitán, Tabasco, México. Formado em Ciência Política e Administração Pública pela *Universidad Nacional Autónoma de México* (UNAM). Apesar de haver iniciado sua vida política no PRI, Obrador tornou-se um dos líderes históricos da esquerda mexicana, ao juntar-se ao PRD, em 1989. Posteriormente, em meio a desavenças com Cuauhtémoc Cárdenas, deixou o PRD e fundou seu próprio partido, o Movimento Regeneração Nacional (MORENA), em 2014. Ao longo de sua trajetória política, destacam-se mandato como governador da Cidade do México (2000-2005) e suas duas candidaturas presidenciais (2006 e 2012). López Obrador é casado e pai de três filhos.



MARCELO EBRARD CAUSABÓN **Ministro de Relaciones Exteriores**

Marcelo Ebrard Casaubón nasceu na Cidade do México, em 10.10.1959. Estudou Relações Internacionais, no Colégio do México, e Políticas Públicas, na ENA de Paris. Começou sua carreira política no PRI, tendo ocupado a Secretaria-Geral do partido, de 1988 a 1992, durante a gestão do presidente Carlos Salinas de Gortari. Foi deputado pelo Partido Verde (1997-2000) e secretário de segurança pública da Cidade do México na gestão de López Obrador, sendo eleito seu sucessor no governo da Cidade do México (2006-2012). Ebrard é um dos nomes de maior peso político na coalizão que apoia AMLO.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e México vivem, desde 2015, momento produtivo do relacionamento bilateral, caracterizado por entendimentos importantes em diversas áreas. Foram reativados diversos mecanismos bilaterais – com destaque para a Comissão Binacional, o Mecanismo Bilateral de Consultas sobre Temas Multilaterais e o Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica - e retomadas as visitas de alto nível. Em todos os casos, trata-se de iniciativas que realçam a determinação política dos dois países de projetar visão estratégica para o relacionamento bilateral.

O marco jurídico tem-se reforçado com a gradual entrada em vigor de importantes instrumentos assinados nos últimos anos, a exemplo dos acordos sobre Cooperação e Facilitação de Investimentos, de Cooperação Aduaneira, de Serviços Aéreos e sobre Cachaça e Tequila, além de Memorandos de entendimento sobre cooperação em matéria de Defesa e de micro e pequenas empresas.

Desde 2015, foram realizadas três visitas brasileiras de alto nível ao México. A ex-presidente Dilma Rousseff visitou a cidade do México, em maio de 2015, ao passo que os chanceleres Mauro Vieira e José Serra realizaram visitas oficiais à mesma cidade, em fevereiro e julho de 2016, respectivamente. Do lado mexicano, o chanceler José Antonio Meade visitou o Brasil, em maio de 2015, e Luis Videgaray visitou o País, em novembro de 2017. Os ex-presidentes Michel Temer e Enrique Peña Nieto reuniram-se à margem da Cúpula Aliança do Pacífico - Mercosul, em Puerto Vallarta, em julho de 2018.

Brasil e México retomaram as negociações comerciais para ampliação e aprofundamento do comércio bilateral, regulado, sobretudo, pelo Acordo de Complementação Econômica 53 (ACE-53). Os dois países são importantes sócios comerciais, com fluxo da ordem de US\$ 9,05 bilhões em 2019, e no qual se observa grande concentração em bens industriais, sobretudo do setor automotivo. O aprofundamento do ACE-53 tem como objetivo dinamizar o comércio bilateral – que apresentou queda no período 2012-16 – e as exportações brasileiras, cujo pico foi registrado em 2006.

Os significativos laços de comércio e de investimentos, embora já superiores aos fluxos que Brasil e México mantêm com parceiros tradicionais, ainda têm potencial expressivo de crescimento, sendo necessária ampliação do limitado Acordo de Complementação Econômica (ACE-53).

Em 2020, destacam-se positivamente, no âmbito das relações bilaterais, a conclusão do acordo com cronograma de liberalização de veículos pesados no Acordo Automotivo Brasil-México (ACE-55), e a realização da primeira reunião (virtual) do

Comitê Conjunto do Acordo de Cooperação em Facilitação de Investimentos (ACFI) Brasil-México, ambos em junho.

COMÉRCIO BILATERAL

Segundo dados do Ministério da Economia, em 2019, a corrente de comércio entre Brasil e México foi de US\$ 9,10 bilhões, o que manteve o país como sétimo maior parceiro comercial do Brasil. Houve queda de 3,8% no fluxo bilateral de comércio em relação a 2018. As exportações brasileiras, por outro lado, cresceram 7,8% em relação a 2018, registrando o recorde histórico de US\$ 4,89 bilhões. As importações de produtos mexicanos recuaram 14,5%, encerrando o ano em US\$ 4,19 bilhões. O México foi o oitavo maior fornecedor de bens ao Brasil em 2019. Esses resultados geraram saldo comercial de US\$ 700,3 milhões para o Brasil.

A pauta exportadora brasileira para o México tem perfil consolidado. Insumos industriais elaborados e peças para equipamentos de transporte constituem a maior parte dos bens vendidos. Sua participação relativa sobre o total das exportações ao México caiu, contudo, 7% em 2019: 47,9%, em comparação com 54,8% em 2018. Em relação ao ano anterior, o Brasil vendeu, a menos, US\$ 59,4 milhões em insumos industriais elaborados e US\$ 81,7 milhões em peças para veículos.

Houve substantivo aumento da participação relativa de alimentos e bebidas básicos nas exportações brasileiras, os quais ocuparam 13% das exportações, em comparação a 4,4% em 2018. Essa dinâmica foi impulsionada pelas vendas de milho, soja e café, que somaram US\$ 627,2 milhões em 2019. Esses produtos, juntamente com os bens de consumo duráveis (7,9%), puxados pelas exportações de automóveis, reduziram a parcela relativa de bens de capital exportados (7%). Houve, ainda, volume inédito de exportações de combustíveis e lubrificantes (0,3%), em sua maior parte, óleos de petróleo ou de minerais betuminosos.

Os cinco produtos mais exportados para o México, em valor FOB, os quais responderam por 30% do total das exportações brasileiras para o país, foram: i) motores de cilindrada superior a 1.000cm³ (7,1% do total); ii) milho amarelo (6,6%); iii) veículos de carga de peso bruto não superior a 5t (5,8%); iv) automóveis de cilindrada entre 1.500 e 3.000cm³ para até 6 passageiros (5,7%); e soja (4,8%). O comércio de alguns produtos foi particularmente dinâmico, contribuindo para o superávit do Brasil. Nunca o México comprou tanto milho brasileiro como em 2019, com as exportações do produto superando US\$ 320 milhões ou 1,9 milhão de toneladas. Houve recorde, ainda, nas importações mexicanas de soja brasileira, que ultrapassaram US\$ 232 milhões ou 677 mil toneladas,

aumento de 72,7% em relação a 2018. Essas duas commodities representaram 11,4% das vendas brasileiras para o México em 2019.

Insumos industriais elaborados mantiveram-se como o principal setor da pauta importadora brasileira com o México (27,9% do total em 2019). Esses produtos, contudo, vêm perdendo espaço relativo nas importações totais, principalmente, devido a quedas sucessivas nas compras de petróleo e derivados. O setor de peças para equipamentos de transporte reduziu sua participação relativa em 4,3 pontos percentuais (20,64%), em decorrência de recuo de 29,2% nas compras de autopeças mexicanas ocorrido no ano passado.

Houve queda de US\$ 235 milhões nas compras brasileiras de veículos mexicanos, com o setor de bens duráveis registrando queda em sua participação relativa (21,7%). As importações de bens de capital cresceram (12,1%), impulsionadas pelas compras de máquinas para processamento de dados, instrumentos e aparelhos médicos, e alguns tipos de ventiladores. Na comparação com 2018, houve aumento de 50% nas importações de alimentos e bebidas.

Os cinco produtos mais importados do México, em valor FOB, os quais responderam por 23% do total das importações brasileiras oriundas desse país, foram: i) automóveis de cilindrada entre 1.000 e 1.500cm³ para até 6 passageiros (6,5% do total); ii) automóveis de cilindrada entre 1.500 e 3.000cm³ para até 6 passageiros (5,0%); iii) automóveis de cilindrada entre 1.500 e 3.000cm³ para mais de 6 passageiros (4,5%); iv) automóveis de cilindrada entre 1.000 e 1.500cm³ para mais de 6 passageiros (3,5%); e v) veículos de carga a diesel de peso bruto não superior a 5t (3,4%).

Em 2019, algumas das quedas mais significativas nas importações brasileiras oriundas do México foram registradas nas compras de automóveis de cilindrada entre 1.000 e 1.500cm³ para até 6 passageiros (diminuição de 48,0% em relação a 2018, equivalente a US\$ 253,4 milhões), automóveis de cilindrada entre 1.500 e 3.000cm³ para até 6 passageiros (45,7%, US\$ 177,2 milhões), veículos de carga a diesel de peso bruto não superior a 5t (39,5%, US\$ 93,1 milhões), nafta para petroquímica (100%, 72,8%) e partes e acessórios para carrocerias de automóveis (55,5%, US\$ 72,7 milhões).

Pode-se dizer que o resultado do comércio bilateral com o México, em 2019, foi positivo em termos absolutos, registrando recordes históricos no valor total exportado, bem como nas vendas de produtos importantes, como o milho, a soja e o café.

Foi o melhor desempenho histórico das exportações de produtos básicos no comércio com o México, as quais atingiram US\$ 99,4 milhões ou 2,37% das exportações totais. As vendas de manufaturados, que responderam por 94,6% das exportações para o México, interromperam, contudo, três anos consecutivos de aumento em sua participação

relativa no montante total exportado pelo Brasil ao México. Sob a ótica do comércio global brasileiro, o desempenho das transações comerciais com o México torna-se ainda mais notável, visto que o Brasil logrou expandir em 7,8% suas exportações para o país norte-americano, mesmo quando suas vendas para o mundo recuaram 6,4%.

TURISMO

O turismo entre os dois países é crescente e beneficiou-se da retomada do regime de isenção de vistos de curto prazo em 2013. Há grande afluxo de brasileiros para a região de Cancún e Riviera Maia, onde se registram desafios para a prestação de serviços consulares em razão da distância com relação à Cidade do México, sede do único Consulado-Geral brasileiro naquele país. Na visita presidencial de maio de 2015, foram firmados Acordo de Serviços Aéreos e Memorando de Entendimento em Matéria de Cooperação Turística.

INVESTIMENTOS

Os investimentos diretos mexicanos no Brasil cobrem vários setores, como telecomunicações, construção civil, alimentos, eletrodomésticos e hotelaria. Dentre as principais empresas mexicanas no Brasil destacam-se o Grupo Carso, um dos conglomerados mais importantes do México, do empresário Carlos Slim, que tem participações nas empresas Claro, Embratel e Net; a Coca-Cola Femsa, maior engarrafadora da Coca-Cola do mundo; a Bimbo, maior empresa panificadora do México; e a Mabe, empresa de eletrodomésticos com presença em mais de 70 países. Em julho de 2017, a empresa mexicana de laticínios Lala anunciou a compra da brasileira Vigor, por US\$ 1,8 bilhão.

De acordo com a Secretaria de Economia do México, o Brasil foi o 13º investidor no país entre 1999 e 2018, com estoque de US\$ 3,4 bilhões. Há aproximadamente 650 empresas brasileiras ativas no México, entre as quais grandes companhias como Braskem, Gerda, Odebrecht, Oxiten, Stefanini, Totus, Unigel e Weg.

O maior projeto brasileiro no México consiste na *joint-venture* entre a BRASKEM e a mexicana IDESA, para desenvolvimento do Projeto Etileno XXI, complexo petroquímico com investimentos de US\$ 5,2 bilhões, financiados, em parte, pelo BNDES. Trata-se do maior complexo petroquímico da América Latina e maior investimento *greenfield* do Brasil no exterior.

Outro projeto importante é a planta de produção de aço da Gerdau no estado de Hidalgo, inaugurada em dezembro de 2015. O projeto teve custo de US\$ 600 milhões, o maior investimento já realizado naquele estado.

Em 2015, foi assinado Acordo de Cooperação em Facilitação de Investimentos (ACFI), que entrou em vigor em outubro de 2018. O instrumento estabelece um Comitê Conjunto, integrado por representantes governamentais dos dois países, que deverá se reunir uma vez ao ano. Uma das funções desse Comitê é debater e compartilhar oportunidades para expansão dos investimentos recíprocos.

CRIAÇÃO DO CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-MÉXICO

Foi realizada, em 10.09.2019, na Cidade do México, a cerimônia de inauguração do Conselho Empresarial Brasil- México (Cebramex), liderado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pelo Conselho Empresarial Mexicano de Comércio Exterior, Investimento e Tecnologia (COMCE). A iniciativa de criação de um conselho reunindo empresários do Brasil e do México foi lançada por ambos os governos, durante a IV Reunião da Comissão Binacional (outubro, 2018).

A delegação da CNI foi chefiada pelo diretor de Desenvolvimento Industrial, Carlos Alberto Abijaodi. O COMCE foi representado por seu presidente, Valentín Díaz Morodo. A Secretaria de Economia fez-se representar pela Subsecretária de Comércio Exterior, Dra. Luz María de la Mora, e o governo brasileiro, pelo embaixador Mauricio Carvalho Lyrio. Por parte do empresariado, participaram do evento, do lado brasileiro, representantes de Braskem, BRF, Gerdau, MAN, Oxiteno, Veirano Advogados e WEG. Do lado mexicano, participaram representantes de Coca-Cola FEMSA, González Calvillo Advogados, Grupo Lala, Mabe, Nissan Mexicana e Orbia (ex Mexichem).

O Cebramex acordou que seu objetivo primário é aprofundar os laços de comércio e investimentos entre o Brasil e o México, bem como formular recomendações conjuntas aos mecanismos governamentais existentes. Decidiu-se que as reuniões plenárias, que serão preparadas pelas seções nacionais do Cebramex, deverão ser realizadas alternadamente nos dois países, com exceção da reunião de 2020, que teria lugar no México. As plenárias definiriam, por consenso, as recomendações a serem defendidas pelo Cebramex e antecederiam as reuniões da Comissão Binacional Brasil-México. Decidiu-se, ademais, que a CNI e o COMCE atuarão como secretaria executiva da seção brasileira e mexicana, as quais serão presididas, respectivamente, pela Gerdau, pelo lado brasileiro, e por González Calvillo, pelo lado mexicano. O BID atuaria como instituição de apoio, inclusive financeiro, para o desenvolvimento das atividades do Conselho.

AMPLIAÇÃO E APROFUNDAMENTO DO ACE-53

Em maio de 2015, Brasil e México decidiram promover maior liberalização do comércio bilateral por meio da ampliação e aprofundamento do Acordo de Complementação Econômica N° 53 (ACE-53). Assinado em 2002, o ACE-53 consiste em acordo de preferências tarifárias de alcance limitado, com 800 linhas de preferências variáveis, concentradas, sobretudo, no setor químico.

A negociação abarca os seguintes capítulos: acesso a mercados de bens, regras de origem, barreiras técnicas, assuntos sanitários e fitossanitários, defesa comercial, facilitação de comércio, coerência regulatória, defesa da concorrência, serviços, compras governamentais, propriedade intelectual e solução de controvérsias.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

A VII Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Brasil-México foi realizada no período de 19-23 de fevereiro de 2018. Na ocasião foram avaliados os resultados do Programa 2016-18 e definidos projetos para o Programa 2018-20. O atual programa de cooperação técnica conta com sete iniciativas, sendo seis elaboradas por ocasião da VII Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica e um remanescente do programa anterior (projeto de recursos hídricos).

A delegação mexicana analisou positivamente os resultados do Programa 2016-18, sobretudo nas áreas da saúde e de agricultura tropical. No primeiro caso, foi destacada a instalação de 24 unidades de bancos de leite humano pelo país, que permitiu assistir mais de 250 mil mães em fase de lactação e atender cerca de 130 mil recém-nascidos, levando-se em conta a oferta de aproximadamente 20 mil litros de leite humano pasteurizado. Em agricultura tropical, o projeto "Formação de Técnicos Especializados em Agricultura, Pecuária e Silvicultura Tropical para o Desenvolvimento das Zonas Tropicais do México" permitiu capacitar mais de 150 especialistas mexicanos em culturas de cacau, café, cana de açúcar, coco, palma de azeite, soja e arroz, além de pecuária bovina e produção agroflorestal. A execução da iniciativa envolveu mais de 14 unidades da Embrapa.

Com relação ao programa 2018-2020, as partes acordaram as seguintes seis iniciativas:

Desenvolvimento Social

- Políticas públicas para atenção à primeira infância (cooperação bidirecional): Intercâmbio de experiências entre as instituições congêneres em matéria de atendimento a crianças na faixa etária de 1 a 4 anos;
- Unificação dos sistemas de informações de programas sociais (cooperação bidirecional): Transmissão ao lado mexicano da experiência brasileira do cadastro único de acesso aos programas sociais.

Saúde

- Intercâmbio de experiências entre México e Brasil para o combate à obesidade (cooperação bidirecional): Fortalecer as ações de prevenção e controle de sobrepeso e da obesidade no âmbito da cooperação.
- Fortalecimento das ferramentas regulatórias em matéria de Vigilância Sanitária (cooperação a ser recebida pelo Brasil): Fortalecer as capacidades de mecanismos regulatórios na COFEMER e na ANVISA mediante o conhecimento das boas práticas e a utilização de ferramentas específicas no setor de vigilância sanitária.

Agricultura

- Atualização e intercâmbio de conhecimentos e tecnologias de manejo e produção de sementes de soja para as zonas tropicais do México (cooperação prestada pelo Brasil) Objetivo Geral: Capacitar pesquisadores mexicanos no sistema de plantio direto e controle de plantas daninhas, assim como na produção de sementes de soja de alta qualidade.

Meio Ambiente

- Intercâmbio de experiências sobre a conservação da diversidade biológica com ênfase em espécies ameaçadas (cooperação bidirecional): Fortalecer instituições voltadas ao desenvolvimento e implementação de medidas de conservação de espécies ameaçadas.

Cabe registrar ainda a consistente interação entre a ABC e a Agência Mexicana de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AMEXCID), que estabeleceu parceria importante, ao desenvolver o primeiro projeto de cooperação técnica da ABC no campo do fortalecimento institucional com congênere estrangeira. Outro destaque da agenda bilateral de cooperação é o acordo com o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), que se propôs a financiar projetos de cooperação entre os dois países.

COOPERAÇÃO EM MATÉRIA DE DEFESA

Na III Reunião da Comissão Binacional (fevereiro de 2016), os dois países concluíram as negociações do *Memorando de Entendimento sobre Intercâmbio de Experiências e Capacitação em Matéria de Segurança e Defesa entre a Secretaria da Defesa Nacional e a Secretaria da Marinha do México e o Ministério da Defesa do Brasil*.

O Ministro da Defesa realizou visita à Cidade do México, em 29.04.2017, quando foi realizado o *I Seminário sobre Sinergias em Indústrias de Defesa de México e Brasil*. A I Reunião dos Estados Maiores foi realizada na Cidade do México, em julho de 2017.

ASSUNTOS CONSULARES

Os Governos do Brasil e do México decidiram retomar, em março de 2013, os termos do "Acordo para a Isenção de Vistos de Curta Duração em Passaportes Comuns", assinado em 23.11.2000. Nota-se, nesse sentido, aumento do fluxo de turistas brasileiros ao México desde 2014.

A rede consular brasileira no México é integrada pelo Consulado-Geral na Cidade do México e por Consulados Honorários em Cancun, Guadalajara e Monterrey. Cancun, circunscrição visitada por 300 mil brasileiros todos os anos - e que conta com crescente população residente de nacionais - tem-se destacado como área de demanda de serviços consulares.

A comunidade brasileira no México é atualmente estimada entre 12 mil e 14 mil indivíduos, a maioria residente na capital, com crescente número também na Riviera Maia. Há, no entanto, flutuação considerável nos dados estatísticos, já que boa parte dessa comunidade, na Cidade do México, é formada por profissionais vinculados a empresas, com alto índice de rotatividade.

No contexto da crise epidêmica de Covid-19, total de 1.569 nacionais foram repatriados - 468 em três voos fretados, 151 em voo organizado pela SRE mexicana, e cerca de 950 reacomodados em voos comerciais.

COMISSÃO BINACIONAL

A Comissão Binacional foi estabelecida em 2007 e prevê a realização de reuniões, em nível de chanceler, a cada dois anos, de forma alternada entre o Brasil e o México. A primeira reunião foi realizada em Brasília, em março de 2007. A segunda ocorreu também em Brasília, em julho de 2009. A terceira reunião, por sua vez, foi

celebrada na Cidade do México, em fevereiro de 2016. A IV Reunião da Comissão Binacional foi realizada em outubro de 2018, em Brasília.

GRUPOS PARLAMENTARES DE AMIZADE BRASIL-MÉXICO

Conforme o Memorando de Entendimento para a Cooperação e o Diálogo Parlamentar entre a Comissão de Relações Exteriores do Senado da República do México e a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado da República do Brasil, datado de 21 de abril de 2016, os dois países devem criar grupos parlamentares de amizade.

No Brasil, em 1º de fevereiro de 2019, o Grupo Parlamentar Brasil-México, criado em 1991 na Câmara dos Deputados, foi reinstalado à luz do início dos trabalhos da 56ª Legislatura.

A seção mexicana do Grupo parlamentar de Amizade, por sua vez, foi instalada em cerimônia no dia 11.12.2019, evento que contou com a presença dos Presidentes das Comissões de Relações Exteriores, de Pecuária, de Ciência e Tecnologia e da Marinha. Quase todas as intervenções do lado mexicano (a começar pela da Presidente do grupo e pelo Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados) salientaram a convergência de interesses entre Brasil e México, que muito se beneficiariam da ampliação dos mecanismos de diálogo para enfrentar de maneira coordenada desafios comuns. Nesse sentido, foi ressaltado o desejo de aprofundar a colaboração entre os dois países, sobretudo em áreas relacionadas a políticas públicas, como o combate à pobreza e à corrupção e em matéria de educação, promoção da ciência e tecnologia, saúde mental, pecuária e agricultura.

O México é uma república presidencialista, formada por 31 estados e um Distrito Federal. O presidente da República e os governadores exercem mandatos de seis anos, sem direito a reeleição. O Poder Legislativo (Congresso da União) é bicameral. O Senado é integrado por 128 senadores com mandatos de seis anos. A Câmara congrega 500 deputados, eleitos por três anos. Antes proibida, a reeleição de parlamentares passou a ser permitida a partir de 2018. A Suprema Corte de Justiça é formada por 11 juízes eleitos pelo Senado para mandatos de quinze anos, com base em lista apresentada pelo presidente da República.

Anteriormente dominado pelo PRI (Partido Revolucionário Institucional), o sistema político mexicano converteu-se, no século XXI, em verdadeira democracia multipartidária, com alternância de poder e relativo equilíbrio entre os principais partidos.

O PRI e o PAN (Partido Ação Nacional) ocupam o espaço político de centro e de direita, ao passo que o PRD, anteriormente o principal partido de esquerda, cedeu essa posição para o MORENA (Movimento Regeneração Nacional), agremiação criada em 2014 por López Obrador. Há, ainda, seis partidos menores no Congresso, entre eles o Partido Verde Ecologista do México (PVEM), o Partido do Trabalho (PT), o Partido Encontro Social (PES) e o Movimento Cidadão (MC).

O México foi governado pelo PRI de 1929 a 2000, quando o partido foi derrotado pelo PAN, que governou de 2000 a 2012 (Vicente Fox e Felipe Calderón). A vitória de Peña Nieto nas eleições de 2012 marcou o retorno do *priismo* à Presidência da República. Por sua vez, a vitória de López Obrador nas eleições de 2018, por ampla margem, lançou o PRI em sua maior crise histórica, ao passo que o MORENA, em sua estreia, irrompeu como maior partido do México.

As eleições de 2018 transformaram o cenário político mexicano. Andrés Manuel López Obrador (MORENA), segundo colocado nas eleições de 2006 e 2012, derrotou por ampla margem Ricardo Anaya (PAN) e José Antonio Meade (PRI). De maneira efetiva, os principais partidos que dominaram a política mexicana nas últimas décadas - PRI, PAN e PRD – foram deslocados do controle do Estado. O recém-criado MORENA tornou-se o maior partido do México, com ascendência tanto no Congresso quanto em governos e legislaturas estaduais.

Em junho de 2021, serão celebradas eleições de meio de mandato (Câmara de Deputados, 15 governos locais e 29 assembleias estaduais), cujo resultado poderá reforçar

ou enfraquecer o controle “morenista” no país. O governismo tem a perder sua maioria na Câmara dos Deputados; a oposição, sua maioria nos governos estaduais em disputa.

A “QUARTA TRANSFORMAÇÃO” DA HISTÓRIA MEXICANA

López Obrador inseriu sua vitória no contexto das grandes lutas nacionais pela soberania, liberdade e desenvolvimento, representadas pela Independência, pela Reforma Liberal e pela Revolução Mexicana. Retratos de cinco próceres destes movimentos - Miguel Hidalgo, José María Morelos, Benito Juárez, Francisco Madero e Lázaro Cárdenas - compõem a logomarca do novo governo. Assim, a posse presidencial representaria *"un cambio de régimen político"*, uma *"transformación pacífica y ordenada, pero al mismo tiempo profunda y radical"*: a Quarta Transformação (4T) da história mexicana.

O período de 36 anos, de 1982 a 2018, teria sido marcado, na visão presidencial, por modelo econômico liberal de poucos resultados. López Obrador busca emular o modelo nacional-desenvolvimentista aplicado no período conhecido como "desenvolvimento estabilizador", entre as décadas de 1930 e 1970, quando o México alcançou elevadas taxas de crescimento, aprofundou sua industrialização, e logrou suposta autossuficiência em alimentos, combustíveis e energia elétrica.

PRINCIPAIS EIXOS DO PROGRAMA DE GOVERNO

O combate à corrupção e a austeridade republicana da administração (como a redução dos salários do funcionalismo e venda da frota de aviões), segundo López Obrador, fornecerão os recursos que serão aplicados pelo governo a fim de permitir a "regeneração nacional". López Obrador tem mantido, grosso modo, políticas de austeridade fiscal. Reiterou seu compromisso com a descentralização das repartições do governo federal, movendo-as para fora da Cidade do México.

O presidente tem insistido em projetos prioritários de seu governo, os quais permitirão, em sua avaliação, dinamizar a economia das áreas deprimidas do sul do país e, com isso, minorar o problema migratório. Mencione-se, especificamente, os programas de reflorestamento, a construção do corredor multimodal transistmico, a construção da “ferrovia maia”, a reabilitação das seis refinarias existentes e construção de uma nova, e a ampliação do aeroporto de Santa Lucía.

No que se refere à política social, López Obrador anunciou série de programas a serem implementados progressivamente, entre os quais: a criação do *"Banco del Bienestar"*; a introdução de cartão bancário individual aos beneficiários dos programas sociais, de forma a impedir a corrupção e manipulações políticas; criação de bolsas para

pessoas em situação de vulnerabilidade; política de reajuste do salário mínimo acima da inflação; universalização da pensão de idosos; política de subsídios para os pequenos agricultores; programa de contratação de jovens como aprendizes, entre outros. No campo da segurança pública, o governo AMLO aprovou a implantação da Guarda Nacional.

BALANÇO DAS REFORMAS CONSTITUCIONAIS DO PRIMEIRO ANO DE GOVERNO

Em seu primeiro ano (2019), o governo de Andrés Manuel López Obrador (AMLO) conseguiu aprovar 8 reformas constitucionais, a saber: estabelecimento da Guarda Nacional; revogação de mandato executivo; extinção de propriedade de bens adquiridos com recursos ilícitos; criação de prisão preventiva oficiosa; remodelação do sistema educacional; afirmação da paridade de gênero; proteção dos direitos de comunidades afromexicanas; limitação do foro do Presidente da República. Como não conta, no entanto, com maioria qualificada para aprovação automática de alterações constitucionais, embora conte com maioria absoluta na Câmara e simples no Senado, algumas das reformas elencadas acima foram aprovadas em termos diversos aos propostos originalmente pelo governo. Além disso, parte da agenda reformista não avançou.

A política externa mexicana é fortemente marcada pelas relações com os Estados Unidos, em cujo contexto convivem profundos vínculos econômico-comerciais e demográfico-sociais com tensões em matéria de combate ao crime organizado e de migração, entre outros. O discurso mexicano, que, ao longo das últimas décadas vinha enfatizando a promoção do liberalismo econômico e dos valores democráticos como eixos da inserção externa do país, passou, a partir da posse de López Obrador, a basear-se nos princípios de não-ingerência e de autodeterminação dos povos, no que alguns autores consideram retomada da chamada "Doutrina Estrada", formulada nos anos 1930 e que propõe não caber ao México expressar juízo acerca de assuntos domésticos de terceiros países.

A política externa do governo de López Obrador mantém, no entanto, os fundamentos do que se convencionou chamar de "universalismo priísta", cuja retórica enfatiza a noção de que o México é um país de "múltiplas pertenencias" (latino-americano, caribenho, meso-americano, norte-americano, Atlântico-Pacífico), que devem ser trabalhadas de maneira equilibrada e não-excludente.

O engajamento e o apoio ao sistema multilateral, por sua vez, são princípios basilares tradicionais da visão de mundo do México, contraponto natural à vizinhança com a superpotência. A defesa de regras aplicáveis a todos constitui maneira de reduzir a assimetria e o peso da força no relacionamento entre os países.

Um elemento relevante da gestão de López Obrador é o contexto do projeto nacional-desenvolvimentista, significando que a diplomacia mexicana deverá trabalhar com ênfase no desenvolvimento socioeconômico do país. Nessa ordem de ideias, a política externa de Andrés Manuel López Obrador (AMLO) deverá implementar-se no quadro de projeto de desenvolvimento nacionalista, com foco concentrado na redução da desigualdade econômica e social - também visando a assegurar a estabilidade interna e reduzir as causas subjacentes da pobreza e da violência.

Os elementos mais evidentes do projeto apontam para o fortalecimento do mercado interno (com elevação da renda do trabalhador e ampliação do emprego); a autossuficiência alimentar (com recuperação da produção e revitalização do campo); a dinamização da indústria (com estabelecimento de "joint-ventures" entre capital estrangeiro e nacional nos setores estratégicos); e a assimilação de tecnologia para superar a condição mexicana de plataforma maquiladora.

AMÉRICA DO NORTE – O EIXO INCONTORNÁVEL DA POLÍTICA EXTERNA MEXICANA

A política externa mexicana é definitivamente marcada pelas relações com os Estados Unidos, destino de mais de 80% das exportações do país e origem de quase metade de suas importações. O superávit com os EUA sustenta o comércio mexicano, compensando quase integralmente o déficit comercial que o país registra com o resto do mundo e contribuindo para o relativo equilíbrio da balança comercial mexicana.

Nos EUA, residem 36 milhões de pessoas de origem mexicana, 24 milhões nascidas nos EUA e 12 milhões nascidas no México. No sentido inverso, estima-se que cerca de 800 mil norte-americanos vivem no México.

Em 08.07, foi realizada a primeira visita de AMLO ao exterior. Na ocasião, reuniu-se com o presidente Trump, em Washington. O presidente mexicano limitou-se a agradecer o apoio estadunidense contra a crise pandêmica, e celebrar a entrada em vigor do novo acordo comercial entre EUA, México e Canadá (T-MEC). O Primeiro Ministro canadense não participou.

IMIGRAÇÃO

O Governo Andrés Manuel López Obrador tem enfatizado o tratamento do tema migratório em foros multilaterais e no diálogo com os EUA e a América Central, bem como no tocante às caravanas de migrantes que transitam em seu território.

Na primeira frente, o Secretário de Relações Exteriores, Marcelo Ebrard, liderou a delegação mexicana à Conferência das Nações Unidas para a Adoção do Pacto Mundial para a Migração Segura, Ordenada e Regular, ocorrida em Marrakech, Marrocos, em 10 e 11 do corrente. Como se recorda, México e Suíça foram co-facilitadores do processo de negociação do Pacto, em curso desde 2015.

POLÍTICA MULTILATERAL

O México é ator tradicional no plano multilateral. Desde sua saída do *Grupo dos 77 e China*, em 1994, o país tem buscado articular-se em alinhamentos diversos, seja com países da OCDE, seja obedecendo a uma visão regional latino-americana. Não obstante, o país continua sendo demandado em temas como direitos humanos e mantém interesses ofensivos em outros temas de relevo para países em desenvolvimento.

O tratamento multilateral para as questões migratórias, por exemplo, é uma prioridade na agenda externa mexicana. O país tem defendido a garantia multilateral de uma migração segura, regular e ordenada, em marco de respeito aos direitos humanos dos migrantes e de corresponsabilidade entre países de origem, de trânsito e de destino. O México se destacou como um dos países propulsores do Pacto Global sobre Migração Segura, Regular e Ordenada.

Em 2014, o México voltou a participar de operações de manutenção da paz das Nações Unidas. Nesse contexto, anunciou o desdobramento de militares na MINURSO, na UNIFIL e na MINUSTAH, com o objetivo de aumentar o contingente, até 2020.

O México se engajou nas negociações que levaram à Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável, considerada no país como "política de Estado". Outro tema global que contou com a participação ativa mexicana foi o Acordo de Paris sobre mudança climática, assinado e ratificado pelo México. Esse engajamento resultou na aprovação de iniciativas internas como a "Lei Geral de Mudança Climática", a "Estratégia Nacional de Mudança Climática e a "Visão 10-20-40 Anos".

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Entre o final da II Guerra Mundial e o início da década de 1980, a economia mexicana manteve-se fechada. O país não aderiu ao GATT e industrializou-se com base no modelo de substituição de importações. A partir dos anos 1970, com o progressivo esgotamento do modelo autárquico, o crescimento foi sustentado por déficits fiscais, alimentando a dívida externa, cujo serviço tornou-se insustentável com o aumento dos juros nos EUA.

Com a crise da dívida, em 1982, o país procurou redefinir seu modelo de inserção internacional, dando início, na presidência de Miguel de la Madrid (1982-1988), a um processo de abertura cujos marcos consistiram nas adesões ao GATT, em 1986; ao NAFTA e à OCDE em 1994; e à OMC, em 1995. O México celebrou, até o momento, doze acordos de livre comércio com 46 países, ademais de nove acordos de complementação econômica ou alcance parcial, no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), como é o caso do Acordo de Complementação Econômica 53 (ACE-53), assinado em 2002, com o Brasil.

A estratégia de ampliar sua malha de acordos comerciais não logrou promover, contudo, uma maior diversificação do comércio exterior mexicano, que segue fortemente concentrado nos parceiros da América do Norte, em especial nos Estados Unidos.

A agenda comercial mexicana, elemento central da política exterior do país, tem sido marcada, em anos recentes, em primeiro lugar pelo processo de renegociação do NAFTA (conformada no TMEC), em segundo lugar pelas negociações concluídas ao redor da Parceria Transpacífica (TPP, na sigla em inglês) e da atualização do ALC México-União Europeia. A administração de López Obrador tem se pronunciado no sentido da manutenção dessa rede de acordos, demonstrando, no entanto, pouco interesse em novas negociações.

A abertura econômica permitiu a inserção do país nas cadeias globais de valor e a modernização da indústria. O setor automotivo figura entre os principais beneficiários desse processo, registrando produção de cerca de 4 milhões de unidades (sétimo produtor mundial). Aproximadamente 70% dessa produção é direcionada aos EUA. A Alemanha é o segundo maior importador, seguida por Canadá e China. O Brasil permanece como principal destino dos automóveis mexicanos na América Latina, ao amparo do ACE-55.

O setor de turismo vem ganhando relevância na economia mexicana. O país escalou da 15ª posição entre os maiores receptores de turistas no mundo, em 2012, para a 6ª posição entre os principais países de destino turístico no mundo em 2019, ao quebrar a barreira dos 40 milhões de turistas. Ao todo, dez milhões de mexicanos são empregados no setor, direta ou indiretamente. Os principais emissores de turistas para o México são os EUA (51,2%), Canadá (19,3%), Argentina (3,5%), Brasil (2,3%) e Colômbia (2,2%).

A "despetrolização" da economia constitui uma das transformações mais marcantes do México nas últimas décadas. Em seu auge, na década de 1970, o petróleo chegou a representar 80% das exportações, reduzindo-se a apenas 6% das vendas externas em 2018. A participação da renda petroleira no orçamento público, por sua vez, caiu de 45%, em 2012, para 15% no último ano. Por outro lado, a migração mexicana para os EUA tornou estrutural a elevada participação das remessas internacionais na economia do país (cerca de 3% do PIB). Em 2019, os mexicanos no exterior enviaram US\$ 35 bilhões para familiares no México.

O México é o país da OCDE com o menor índice de tributação com relação ao PIB, de 19,7% (média de 34% da OCDE). No atual contexto de consolidação fiscal e de queda da produção de petróleo, as estatísticas disponíveis projetam continuidade, no biênio 2019-2020, do cenário de baixo crescimento verificado ao longo da última década.

NOVO ACORDO T-MEC

O acordo comercial entre EUA, México e Canadá (T-MEC no acrônimo em espanhol, USMCA em inglês), que substituiu o NAFTA, foi concluído após 14 meses de

negociações e assinado em 30.11.2018. Sua conclusão permitiu a AMLO iniciar o mandato com a pauta da renegociação com os EUA superada.

O novo acordo aborda maior gama de temas, ao incorporar capítulos ausentes no NAFTA, tais como agricultura, facilitação de comércio e aduana, comércio eletrônico, empresas estatais, trabalho, meio ambiente, boas práticas regulatórias, pequenas e médias empresas, e combate à corrupção.

A adoção ágil de legislação trabalhista pelo México para aperfeiçoar a capacidade de negociação dos sindicatos – exigência contida no anexo 23-A do acordo – foi recebida positivamente pelo governo norte-americano como indicador do interesse do México em cumprir os compromissos assumidos no processo negociador do mecanismo.

PLANO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA

O Presidente López Obrador anunciou, em novembro de 2019, plano nacional de infraestrutura com o objetivo de dinamizar a estagnada economia mexicana. O "Acordo Nacional de Investimentos em Infraestrutura do Setor Privado" abrange 147 projetos, no total de US\$ 42,9 bilhões, nas áreas de transportes, telecomunicações, saneamento e turismo a serem executados até 2024.

Em 2019, a queda dos investimentos contribuiu para a estagnação da economia mexicana, que teve crescimento nulo. Dados da balança de pagamentos indicam que o Investimento Estrangeiro Direto (IED) alcançou US\$ 26 bilhões. Já os investimentos do setor privado mexicano caíram 4%. Nesse contexto, o objetivo do plano de infraestrutura é ampliar a sinergia entre os setores público e privado e criar um mecanismo de "fast track" para projetos de infraestrutura prioritários.

Os principais projetos apresentados são investimentos em telefonia móvel e fixa, hotelaria, fábrica de fertilizantes, a conclusão de trem interurbano entre a Cidade de México e Toluca e a construção de corredor ferroviário conectando o aeroporto de Monterrey ao município de Garcia, todos projetos já existentes.

CRESCIMENTO DAS RESERVAS INTERNACIONAIS MEXICANAS

Em 2019, as reservas internacionais mexicanas aumentaram US\$ 5,9 bilhões e encerraram o ano em US\$ 180,749 bilhões. É o segundo ano seguido de acúmulo de reservas e o maior valor desde 2014, quando as reversas totalizaram US\$ 193 bilhões. Mantiveram-se o aumento das remessas de mexicanos no exterior e a diminuição do papel da PEMEX como fonte de dólares.

Desde 2014, observa-se crescimento das remessas de migrantes mexicanos, tendência que se acelerou após a eleição do presidente Donald Trump. Em 2019, os mexicanos residentes no exterior enviaram US\$ 32,9 bilhões em divisas para o país. Já a PEMEX, que em 2013 contribuiu com US\$ 17 bilhões para as reservas mexicanas, pelo saldo na conta comercial, respondeu por modestos US\$ 74 milhões. A petroleira vem perdendo importância na composição das reservas mexicanas desde 2015 e chegou a afetar negativamente as reservas mexicanas em 2017 (- US\$ 120 milhões) e 2018 (- US\$ 783 milhões).

PANDEMIA DE COVID-19

Em sua revisão do cenário econômico para 2020, a Secretaria de Fazenda ressaltou aspectos que auxiliariam a economia mexicana a resistir à crise: a existência dos fundos para estabilização dos ingressos orçamentários (FEIP); as reservas internacionais de US\$ 185,5 bilhões e a linha de crédito com o FMI de US\$ 61,4 bilhões; o *hedge* parcial da produção de petróleo; e a baixa relação dívida/PIB de 45%.

A agência de classificação de risco Fitch rebaixou os títulos soberanos do México e da PEMEX para BBB-, a última do grau de investimento. Dessa forma, o México pode perder essa classificação proximamente. Estudo do Conselho Nacional de Avaliação da Política de Desenvolvimento Social (CONEVAL) estimou que a pobreza deverá aumentar em até 7,9 pontos percentuais, e a pobreza extrema até 8,5 pontos, por causa da pandemia, revertendo o pouco progresso obtido nos últimos dez anos na melhoria da desigualdade. Recomendou melhor utilização de programas sociais.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1810	Primeira tentativa de independência (16 de setembro).
1821	Consolidação da Independência do México. Augustín de Iturbide é proclamado Imperador.
1823	Proclamação da república (Estados Unidos Mexicanos).
1836	Independência do Texas.
1845	Anexação do Texas pelos EUA, durante a “Guerra do México”. A derrota mexicana na “Guerra do México” resultou na perda de mais territórios para os EUA.
1857	Revolução Liberal: Benito Juárez assume o poder.
1857-1861	Guerra Civil.
1863	Os franceses invadem o México: Maximiliano I é coroado Imperador.
1863-1867	Reinado de Maximiliano I (Segundo Império Mexicano).
1867	Derrota do Segundo Império Mexicano. Benito Juárez reassume o poder como Presidente.
1876	Porfirio Díaz assume o poder e governa como ditador.
1876-1910	Período ditatorial, o “Porfiriato”.
1910	Início da Revolução Mexicana (20 de novembro).
1917	Promulgada a Constituição dos Estados Unidos Mexicanos.
1929	Fundação do Partido Revolucionário Institucional (PRI)
1934-1940	Presidência de Lázaro Cárdenas empreende reformas políticas.
1938	Nacionalização do petróleo.
1981-1982	Recessão e queda nos preços do petróleo: crise da economia mexicana. Crise de endividamento do México.
1989	Primeira derrota do PRI em eleições para Governador.
1990	Início do programa de privatizações.
1992	Primeiros protestos pela reforma agrária em Chiapas.
1993	Assinatura do Acordo constitutivo da Área de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA).

1994	Entrada em vigor do NAFTA (1º de janeiro).
1994	Levante do “Exército Zapatista de Libertação Nacional” (EZLN), em Chiapas.
1997	O PRI perde pela primeira vez a maioria no Congresso.
1998	Criação do Instituto Federal Eleitoral (IFE).
2000	Eleição de Vicente Fox (PAN), que põe fim à hegemonia de mais de 70 anos do PRI.
2005	Felipe Calderón (PAN) é eleito Presidente. Andrés Manuel López Obrador (PRD) recusa-se a aceitar a derrota. O Instituto Federal Eleitoral confirma a eleição de Calderón, que toma posse em 2 de dezembro. Calderón deflagra a “Guerra ao Narcotráfico”
2012	Enrique Peña Nieto é eleito Presidente pelo PRI
2017	Com a eleição de Donald Trump nos EUA, o México se vê obrigado a renegociar o NAFTA
2018	Andrés Manuel López Obrador (Morena) é eleito presidente.
2020	Em 1º de julho, entra em vigor o T-MEC, acordo que substitui o NAFTA.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1834	Missão de Duarte da Ponte Ribeiro como Encarregado de Negócios no México.
1910	Legação do Brasil representa os interesses dos EUA no México.
1922	As representações diplomáticas dos dois países são elevadas ao nível de Embaixada.
1922	José Vasconcelos chefia Missão Especial ao Centenário da Independência do Brasil.
1930-1938	Missão de Alfonso Reyes como Embaixador no Brasil – expansão das relações culturais.
2002	Visita Oficial do Presidente Vicente Fox ao Brasil.
2003	Visita Oficial do Presidente Lula da Silva ao México.
2006	Visita do Secretário (Ministro) de Relações Exteriores, Luiz Ernesto Derbez, ao Brasil. Felipe Calderón visita o Brasil na condição de Presidente Eleito do México.
2007	I Reunião da Comissão Binacional Brasil-México, em Brasília. Visita do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, ao México. Visita do Presidente Lula da Silva ao México.
2008	Participação da Chanceler Patricia Espinosa na Reunião preparatória da Cúpula da América Latina e do Caribe (CALC). Encontro entre o Presidente Lula da Silva e o Presidente Felipe Calderón na CALC, em Sauípe.

2009	II Reunião da Comissão Binacional Brasil-México, em Brasília.
2010	Encontro de trabalho entre o Presidente Lula da Silva e o Presidente Felipe Calderón na Cúpula da Unidade da América Latina e Caribe, em Cancún (fevereiro). Visita da Chanceler Patricia Espinosa ao Brasil (agosto).
2011	Encontro da Presidenta Dilma Rousseff com seu homólogo Felipe Calderón à margem da 66ª Assembleia-Geral das Nações Unidas (AGNU) (setembro).
2012	Encontro do Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, com o então candidato do Partido Revolucionário Institucional (PRI), Enrique Peña Nieto, em Davos (janeiro). Visita da Chanceler Patricia Espinosa ao Brasil (fevereiro). Visita do Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, ao México, para encontro do G20 (fevereiro). Encontro entre a Presidenta Dilma Rousseff e o Presidente eleito do México, Enrique Peña Nieto (setembro). Vice-Presidente Michel Temer participa das cerimônias de posse do Presidente Enrique Peña Nieto na Cidade do México (dezembro)
2013	Encontro da Presidenta Dilma Rousseff com o Presidente Enrique Peña Nieto à margem da Cúpula da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), em Santiago (janeiro). Encontro do Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, com o Chanceler mexicano José Antonio Meade em Genebra (fevereiro).
2014	Encontro da Presidenta Dilma Rousseff com o Presidente Enrique Peña Nieto à margem da Cúpula da CELAC, em Havana (janeiro)
2015	Visita do chanceler Antonio Meade ao Brasil (maio) Visita da Presidenta Dilma Rousseff ao México (maio)

2016	Visita do chanceler Mauro Vieira ao México (fevereiro) III Reunião da Comissão Binacional, na Cidade do México (fevereiro) Visita do chanceler José Serra ao México (julho)
2017	Encontro dos chanceleres Serra e Videgaray à margens da reunião do G-20 em Bonn (fevereiro) Encontro dos chanceleres Aloysio Nunes Ferreira e Videgaray Caso às margens da Reunião de Chanceleres do Mercosul e da Aliança do Pacífico, em Buenos Aires (abril) Visita oficial do chanceler Videgaray a Brasília (novembro).
2018	IV Reunião da Comissão Binacional Brasil-México, em Brasília (outubro)

ATOS BILATERAIS

Título do Acordo	Data de celebração	Status da Tramitação
Convenção de Arbitramento.	11/04/1909	Em vigor
Acordo Administrativo para a Permuta de Certas Publicações Oficiais.	10/04/1918	Em vigor
Acordo Administrativo para Troca de Correspondência em Malas Especiais.	13/10/1918	Em vigor
Convênio para Revisão de Textos de Ensino de História e Geografia.	28/12/1933	Em vigor
Tratado de Extradicação	28/12/1933	Em vigor
Protocolo Adicional ao Tratado de Extradicação.	18/09/1935	Em vigor
Convênio para o Exercício Conjunto de Funções Diplomáticas e Consulares no Distrito Federal de Ambos os Países.	25/11/1950	Em vigor
Acordo Administrativo para Troca de Correspondência Diplomática em Malas Especiais por via Aérea.	21/05/1951	Em vigor
Acordo que Estabelece um Grupo de Cooperação Industrial.	09/04/1962	Em vigor
Acordo sobre Transportes Aéreos.	17/10/1966	Em vigor
Acordo pelo qual se cria a Comissão Mista Brasil-México.	22/08/1969	Em vigor
Acordo de Isenção de Legalização Consular.	26/11/1970	Em vigor
Acordo para Estabelecer um Programa de Intercâmbio de Jovens Técnicos.	24/07/1974	Em vigor
Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica	24/07/1974	Em vigor
Convênio de Cooperação Turística.	24/07/1974	Em vigor
Acordo Relativo à Criação dos Comitês Permanentes da Comissão Mista	24/07/1974	Em vigor
Convênio Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica Brasil-México, entre o CONACYT e o CNPq	17/03/1976	Em vigor
Convênio de Amizade e Cooperação	17/01/1978	Em vigor
Acordo Básico de Cooperação Industrial.	17/01/1978	Em vigor
Acordo sobre Sanidade Animal.	17/01/1978	Em vigor
Convênio de Cooperação Cultural e Educacional.	29/07/1980	Em vigor

Acordo para o Intercâmbio de Correspondência Agrupada entre as Administrações Postais do Brasil e do México.	29/07/1980	Em vigor
Convênio Geral de Cooperação entre a SIDERBRÁS e a SIDERMEX.	26/04/1983	Em vigor
Convênio de Cooperação em Matéria de Promoção de Co-Investimentos.	10/10/1990	Em vigor
Acordo-Quadro de Cooperação Fazendária-Financeira.	10/10/1990	Em vigor
Acordo de Cooperação na Área de Meio Ambiente.	10/10/1990	Em vigor
Acordo para a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	05/08/1992	Em vigor
Acordo sobre Serviços Aéreos.	26/05/1995	Em vigor
Acordo de Cooperação para o Combate ao Narcotráfico e à Farmacodependência.	18/11/1996	Em vigor
Acordo sobre Isenção de Vistos em Passaportes Comuns	23/11/2000	Em vigor
Acordo Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica.	24/07/2002	Em vigor
Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Relação aos Impostos sobre a Renda.	25/09/2003	Em vigor
Acordo o Estabelecimento da Comissão Binacional	28/03/2007	Em vigor
Tratado de Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Penal	06/08/2007	Em vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos sobre a concessão de autorização de trabalho para dependentes de Agentes Diplomáticos, Funcionários Consulares e Pessoal Técnico e Administrativo de Missões Diplomáticas e Consulares acreditados no outro País.	23/07/2009	Em vigor
Acordo de Cooperação entre as Academias Diplomáticas	27/4/1999	Em vigor
Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos Mexicanos	26/05/2015	Em Promulgação
Acordo sobre Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos Mexicanos	26/05/2015	Tramitação Congresso Nacional
Acordo entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos Mexicanos para o Reconhecimento Mútuo da Cachaça e da Tequila como Indicações Geográficas e Produtos Distintivos do Brasil e do México, respectivamente	25/07/2016	Tramitação Ministérios/Casa Civil

DADOS COMERCIAIS

1 Dados Anuais^{1 2}

1.1 Dados Anuais por País

1.1.1 Corrente de Comércio



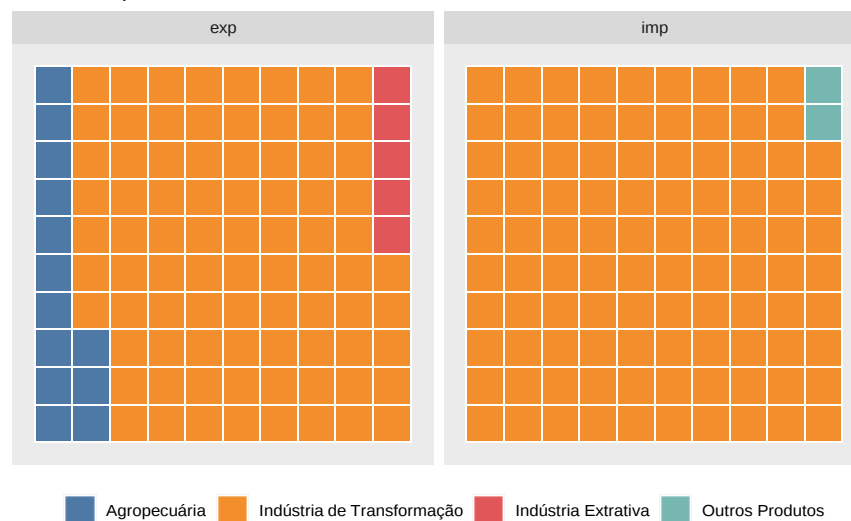
	2019	2018	2017	2016
Exportações	4.90 (8.74%)	4.50 (-0.20%)	4.51 (18.39%)	3.81 (6.33%)
Importações	4.20 (-14.52%)	4.91 (15.85%)	4.24 (20.11%)	3.53 (-19.38%)
Saldo	701.80M (-273.36%)	-404.82M (-246.74%)	275.88M (-3.00%)	284.42M (-135.96%)
Corrente	9.09 (-3.39%)	9.41 (7.57%)	8.75 (19.21%)	7.34 (-7.80%)

¹Exceto disposição em contrário, todos os dados estão em USD Bilhões

²Dados do Ministério da Economia

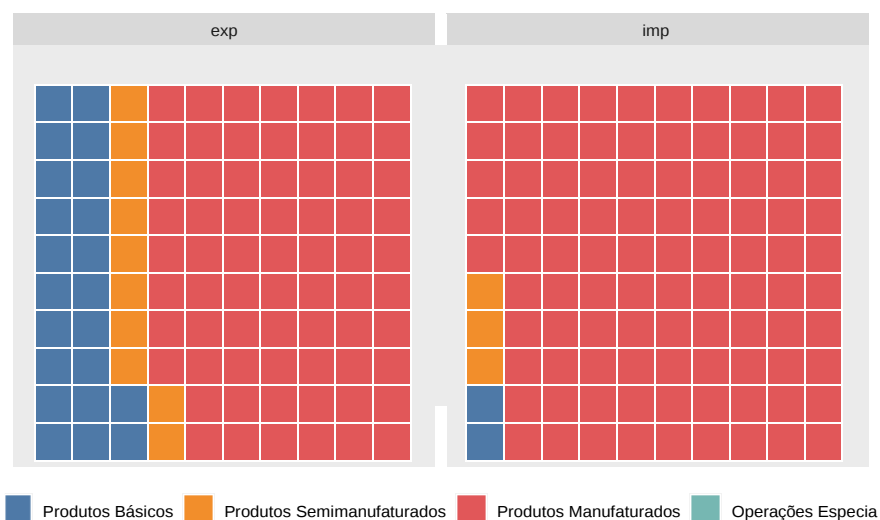
1.1.2 Composição do Comércio em 2019 - ISIC e Fator Agregado (em %)

Comércio por ISIC



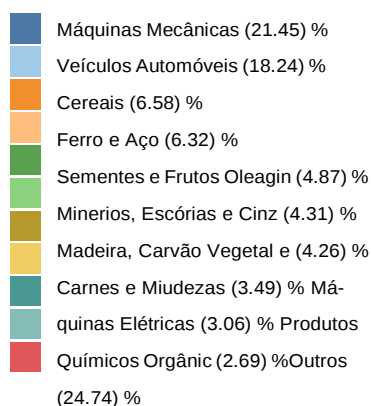
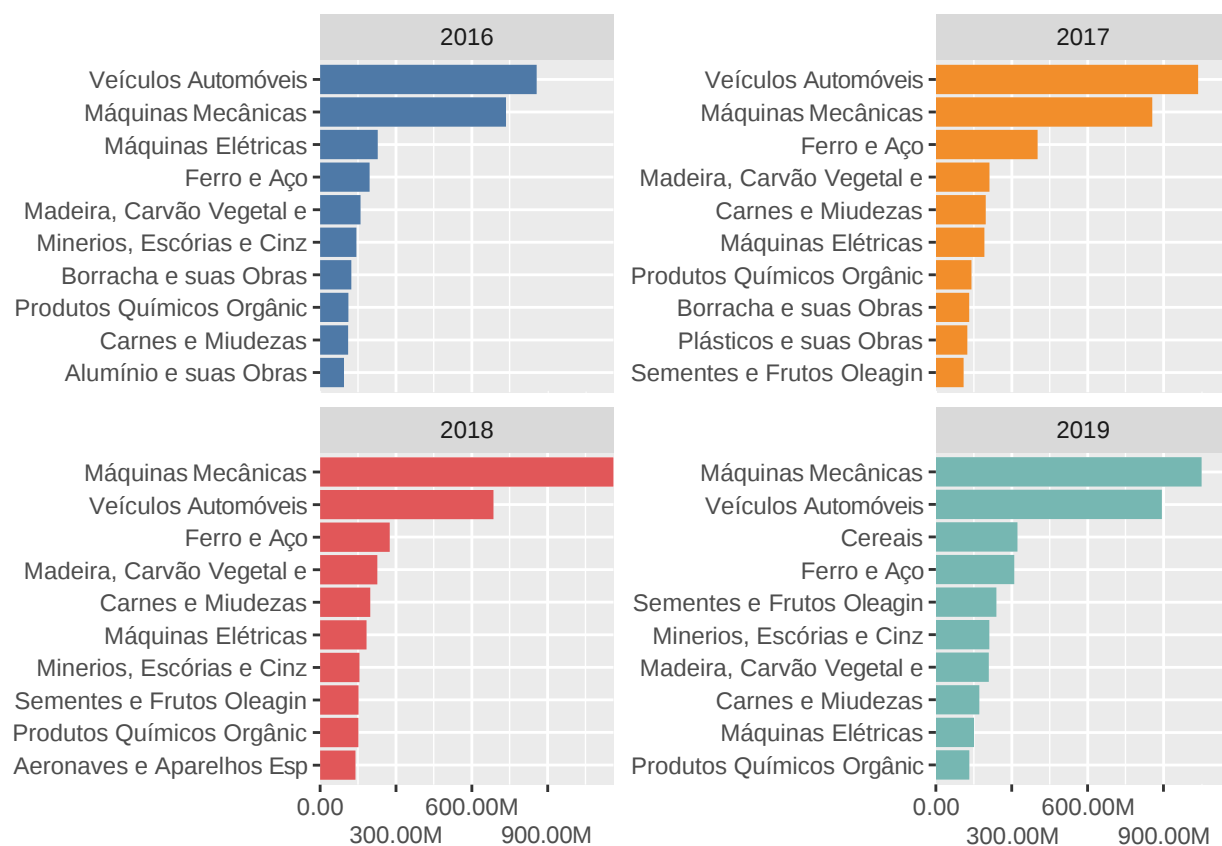
Sentido	Agropecuária	Indústria de Transformação	Indústria Extrativa	Outros Produtos
Exportações	19.1	57.95	22.44	0.5
Importações	2.43	90.97	6.27	0.33

Comércio por Fator Agregado



Sentido	Produtos Básicos	Produtos Semimanufaturados	Produtos Manufaturados
Exportações	21.76	9.95	68.29
Importações	2.37	3.03	94.6

1.1.3 Dez principais exportações brasileiras, por ano



Exportações do Brasil em 2019



1.1.4 Tabela - Dez principais exportações brasileiras , por ano

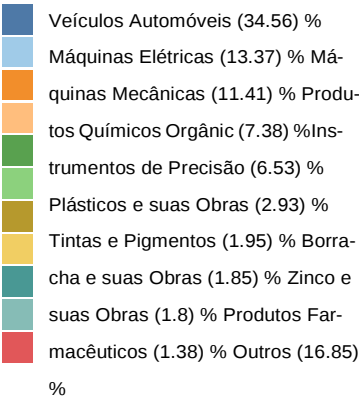
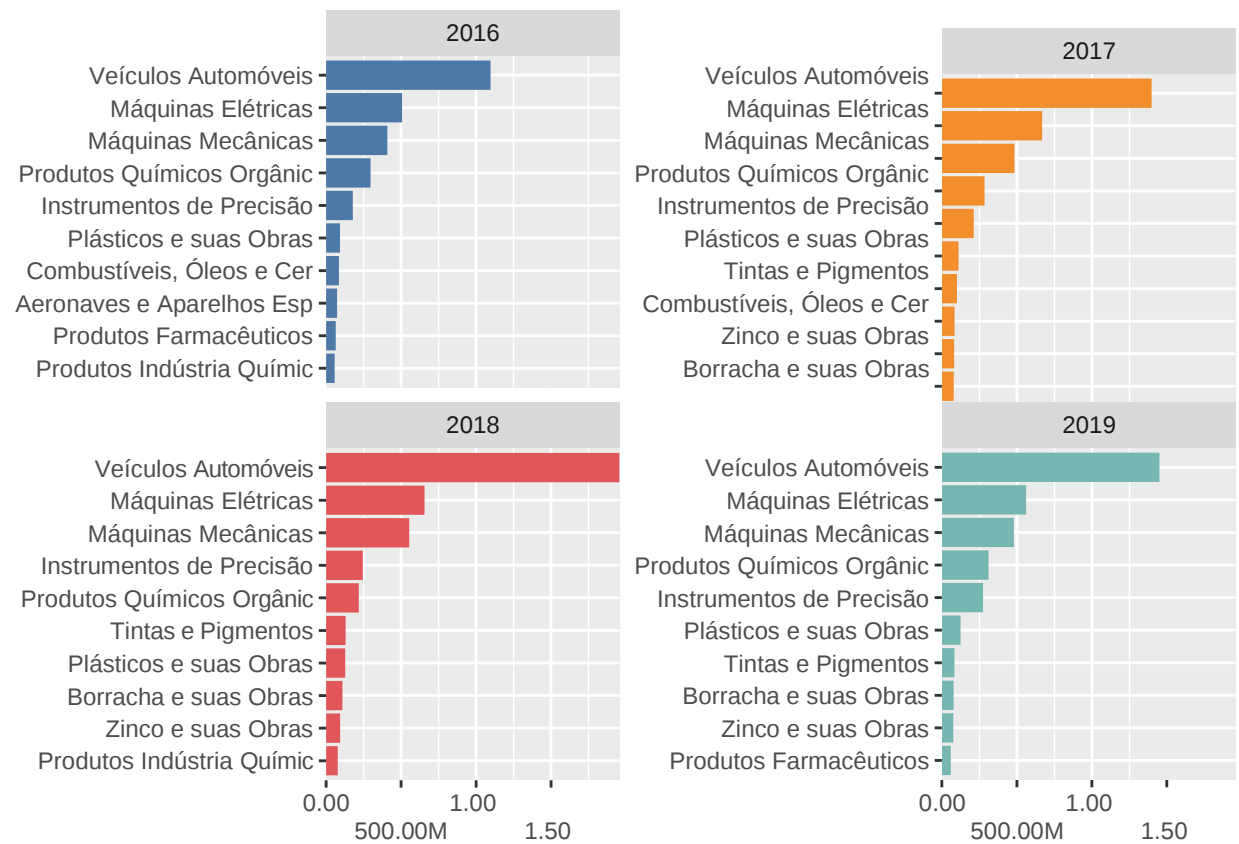
Posição	Produto	2019	Variação
1	Máquinas Mecânicas	1.05	-9.47%
2	Veículos Automóveis	893.41M	30.28%
3	Cereais	322.17M	1.28K%
4	Ferro e Aço	309.37M	12.48%
5	Sementes e Frutos Oleaginosos	238.76M	57.18%
6	Minerios, Escórias e Cinzas	210.98M	35.61%
7	Madeira, Carvão Vegetal e Obras	208.85M	-7.56%
8	Carnes e Miudezas	171.06M	-13.66%
9	Máquinas Elétricas	149.89M	-18.24%
10	Produtos Químicos Orgânicos	131.84M	-12.76%

Posição	Produto	2018	Variação
1	Máquinas Mecânicas	1.16	35.65%
2	Veículos Automóveis	685.74M	-33.83%
3	Ferro e Aço	275.04M	-31.49%
4	Madeira, Carvão Vegetal e Obras	225.92M	6.80%
5	Carnes e Miudezas	198.13M	0.80%
6	Máquinas Elétricas	183.34M	-4.05%
7	Minerios, Escórias e Cinzas	155.57M	132.49%
8	Sementes e Frutos Oleaginosos	151.91M	39.29%
9	Produtos Químicos Orgânicos	151.12M	7.71%
10	Aeronaves e Aparelhos Espaciais	139.75M	188.20%

Posição	Produto	2017	Variação
1	Veículos Automóveis	1.04	20.99%
2	Máquinas Mecânicas	855.41M	16.33%
3	Ferro e Aço	401.43M	105.13%
4	Madeira, Carvão Vegetal e Obras	211.53M	32.61%
5	Carnes e Miudezas	196.56M	77.39%
6	Máquinas Elétricas	191.07M	-16.18%
7	Produtos Químicos Orgânicos	140.30M	25.51%
8	Borracha e suas Obras	130.96M	5.98%
9	Plásticos e suas Obras	123.52M	54.71%
10	Sementes e Frutos Oleaginosos	109.06M	93.40%

Posição	Produto	2016	Variação
1	Veículos Automóveis	856.57M	NA%
2	Máquinas Mecânicas	735.30M	NA%
3	Máquinas Elétricas	227.95M	NA%
4	Ferro e Aço	195.70M	NA%
5	Madeira, Carvão Vegetal e Obras	159.51M	NA%
6	Minerios, Escórias e Cinzas	143.41M	NA%
7	Borracha e suas Obras	123.56M	NA%
8	Produtos Químicos Orgânicos	111.79M	NA%
9	Carnes e Miudezas	110.81M	NA%
10	Alumínio e suas Obras	94.46M	NA%

1.1.5 Dez principais importações brasileiras, por ano



Importações do Brasil em 2019



1.1.6 Tabela - Dez principais importações brasileiras , por ano

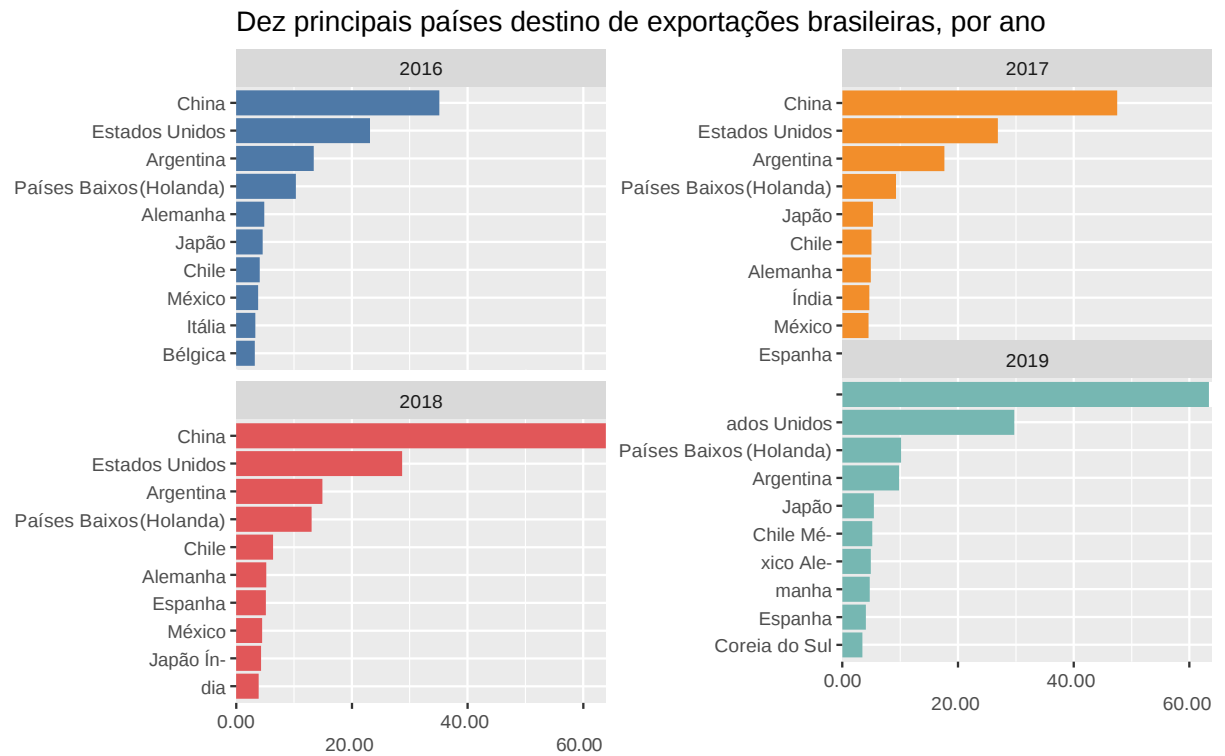
Posição	Produto	2019	Variação
1	Veículos Automóveis	1.45	-25.88%
2	Máquinas Elétricas	561.08M	-14.49%
3	Máquinas Mecânicas	478.83M	-13.51%
4	Produtos Químicos Orgânicos	309.74M	42.03%
5	Instrumentos de Precisão	273.85M	12.17%
6	Plásticos e suas Obras	122.84M	-3.26%
7	Tintas e Pigmentos	81.91M	-36.78%
8	Borracha e suas Obras	77.44M	-28.32%
9	Zinco e suas Obras	75.49M	-18.92%
10	Produtos Farmacêuticos	58.08M	-11.63%

Posição	Produto	2018	Variação
1	Veículos Automóveis	1.96	40.03%
2	Máquinas Elétricas	656.19M	-1.66%
3	Máquinas Mecânicas	553.60M	14.53%
4	Instrumentos de Precisão	244.13M	15.75%
5	Produtos Químicos Orgânicos	218.08M	-22.97%
6	Tintas e Pigmentos	129.56M	30.87%
7	Plásticos e suas Obras	126.97M	15.62%
8	Borracha e suas Obras	108.05M	39.07%
9	Zinco e suas Obras	93.10M	15.86%
10	Produtos Indústria Química	76.75M	53.46%

Posição	Produto	2017	Variação
1	Veículos Automóveis	1.40	27.42%
2	Máquinas Elétricas	667.27M	31.59%
3	Máquinas Mecânicas	483.38M	18.35%
4	Produtos Químicos Orgânicos	283.12M	-4.40%
5	Instrumentos de Precisão	210.91M	18.97%
6	Plásticos e suas Obras	109.82M	19.00%
7	Tintas e Pigmentos	99.00M	79.98%
8	Combustíveis, Óleos e Ceras minerais	83.51M	-1.72%
9	Zinco e suas Obras	80.35M	53.84%
10	Borracha e suas Obras	77.69M	66.35%

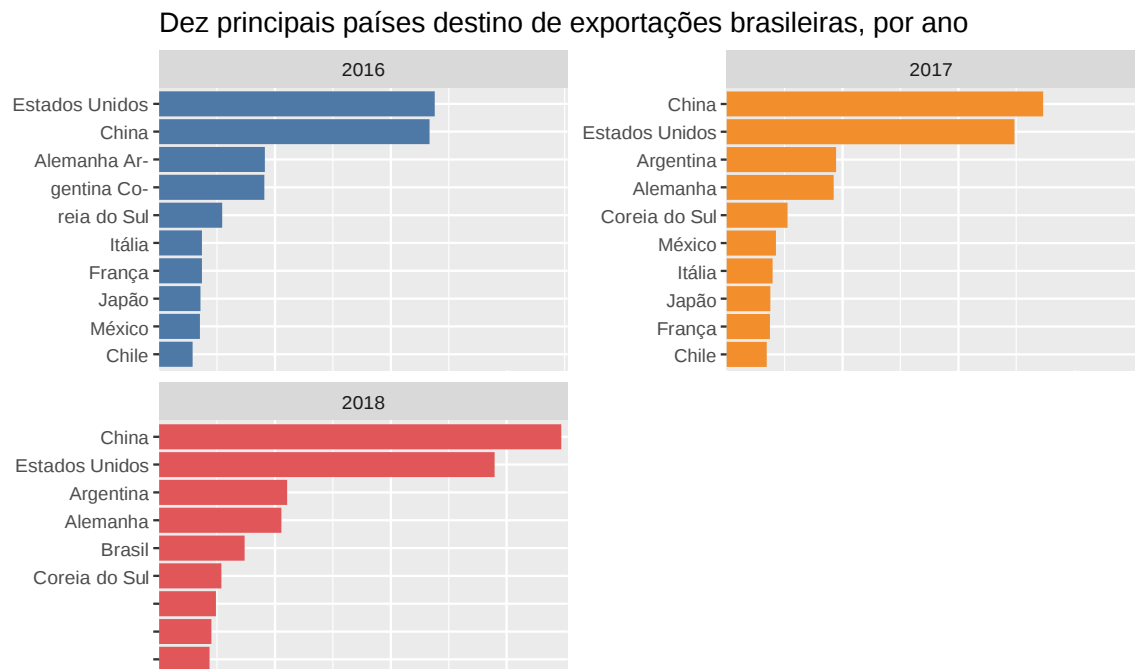
Posição	Produto	2016	Variação
1	Veículos Automóveis	1.10	NA%
2	Máquinas Elétricas	507.08M	NA%
3	Máquinas Mecânicas	408.44M	NA%
4	Produtos Químicos Orgânicos	296.15M	NA%
5	Instrumentos de Precisão	177.28M	NA%
6	Plásticos e suas Obras	92.29M	NA%
7	Combustíveis, Óleos e Ceras minerais	84.97M	NA%
8	Aeronaves e Aparelhos Espaciais	72.95M	NA%
9	Produtos Farmacêuticos	63.59M	NA%
10	Produtos Indústria Química	56.33M	NA%

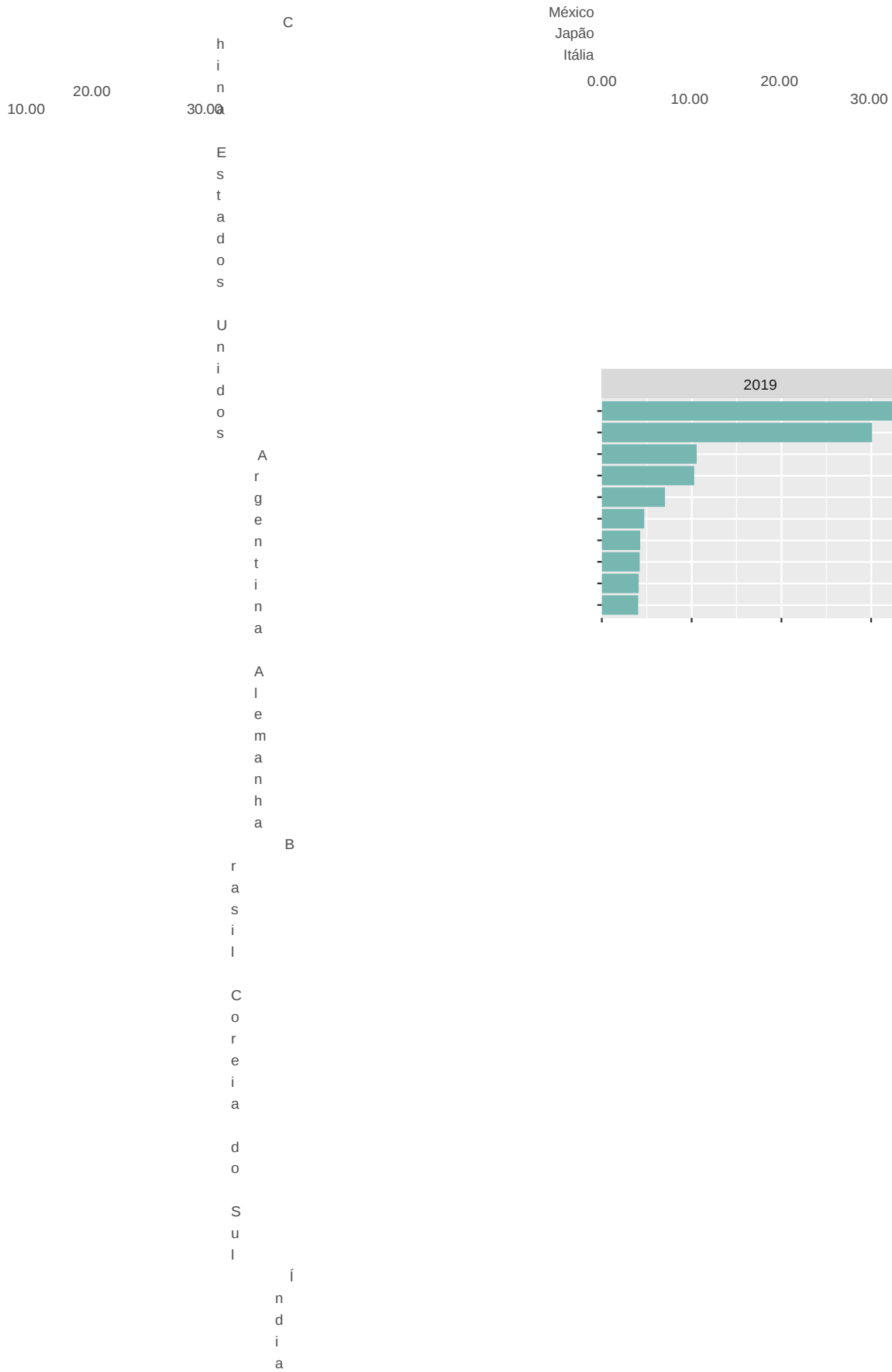
1.1.7 Dez principais países parceiros comerciais do Brasil, por ano



C
h
i
n
a

E
s
t





1.1.8 Tabela - Dez principais países destino de exportações brasileiras, por ano

Posição	País	2019	Variação
1	China	63.36	-0.89%
2	Estados Unidos	29.72	3.55%
3	Países Baixos (Holanda)	10.13	-22.46%
4	Argentina	9.79	-34.34%
5	Japão	5.43	25.69%
6	Chile	5.16	-19.24%
7	México	4.90	8.74%
8	Alemanha	4.73	-9.12%
9	Espanha	4.04	-21.27%
10	Coreia do Sul	3.45	0.31%

Posição	País	2018	Variação
1	China	63.93	34.62%
2	Estados Unidos	28.70	6.79%
3	Argentina	14.91	-15.36%
4	Países Baixos (Holanda)	13.06	41.15%
5	Chile	6.39	27.06%
6	Alemanha	5.21	6.01%
7	Espanha	5.13	34.63%
8	México	4.50	-0.21%
9	Japão	4.32	-17.90%
10	Índia	3.91	-16.07%

Posição	País	2017	Variação
1	China	47.49	35.17%
2	Estados Unidos	26.87	16.05%
3	Argentina	17.62	31.31%
4	Países Baixos (Holanda)	9.25	-10.37%
5	Japão	5.26	14.32%
6	Chile	5.03	23.30%
7	Alemanha	4.91	1.03%
8	Índia	4.66	47.32%
9	México	4.51	18.39%
10	Espanha	3.81	46.45%

Posição	País	2016	Variação
1	China	35.13	NA%
2	Estados Unidos	23.16	NA%
3	Argentina	13.42	NA%
4	Países Baixos (Holanda)	10.32	NA%
5	Alemanha	4.86	NA%
6	Japão	4.60	NA%
7	Chile	4.08	NA%
8	México	3.81	NA%
9	Itália	3.32	NA%
10	Bélgica	3.23	NA%

1.1.9 Tabela - Dez principais países origem de importações brasileiras, por ano

Posição	País	2019	Variação
1	China	35.27	1.56%
2	Estados Unidos	30.09	3.87%
3	Argentina	10.55	-4.51%
4	Alemanha	10.28	-2.62%
5	Brasil	7.02	-4.95%
6	Coreia do Sul	4.71	-12.55%
7	Índia	4.26	16.24%
8	México	4.20	-14.52%
9	Japão	4.09	-6.00%
10	Itália	4.04	-10.46%

Posição	País	2018	Variação
1	China	34.73	27.12%
2	Estados Unidos	28.97	16.59%
3	Argentina	11.05	17.13%
4	Alemanha	10.56	14.42%
5	Brasil	7.38	5.41K%
6	Coreia do Sul	5.38	2.69%
7	México	4.91	15.84%
8	Itália	4.51	14.02%
9	Japão	4.36	15.76%
10	França	3.94	5.88%

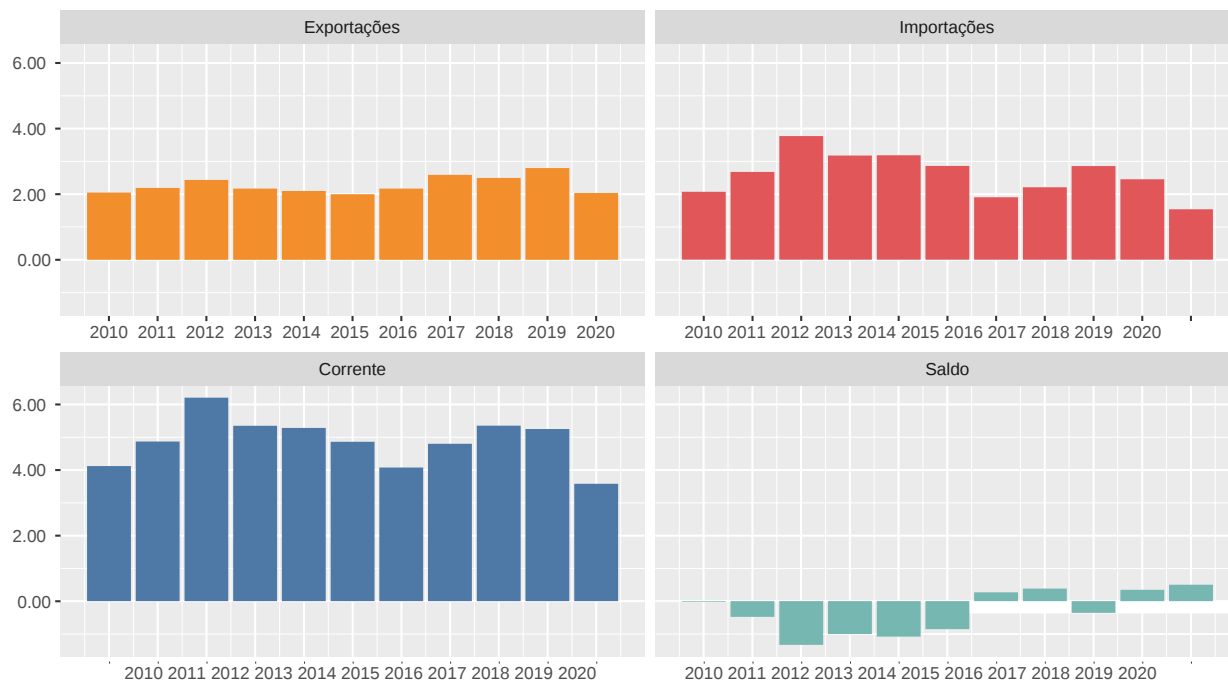
Posição	País	2017	Variação
1	China	27.32	16.97%
2	Estados Unidos	24.85	4.37%
3	Argentina	9.44	3.86%
4	Alemanha	9.23	1.05%
5	Coreia do Sul	5.24	-3.87%
6	México	4.24	20.12%
7	Itália	3.96	6.91%
8	Japão	3.76	5.48%
9	França	3.72	0.79%
10	Chile	3.45	19.27%

Posição	País	2016	Variação
1	Estados Unidos	23.81	NA%
2	China	23.36	NA%
3	Alemanha	9.13	NA%
4	Argentina	9.08	NA%
5	Coreia do Sul	5.45	NA%
6	Itália	3.70	NA%
7	França	3.69	NA%
8	Japão	3.57	NA%
9	México	3.53	NA%
10	Chile	2.89	NA%

2 Dados entre Janeiro e Julho

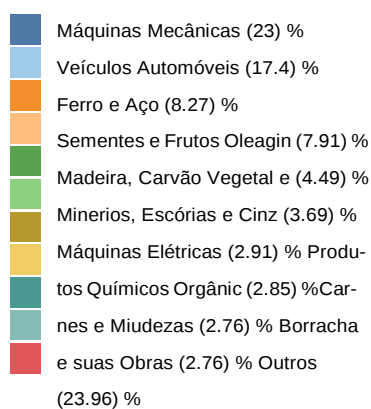
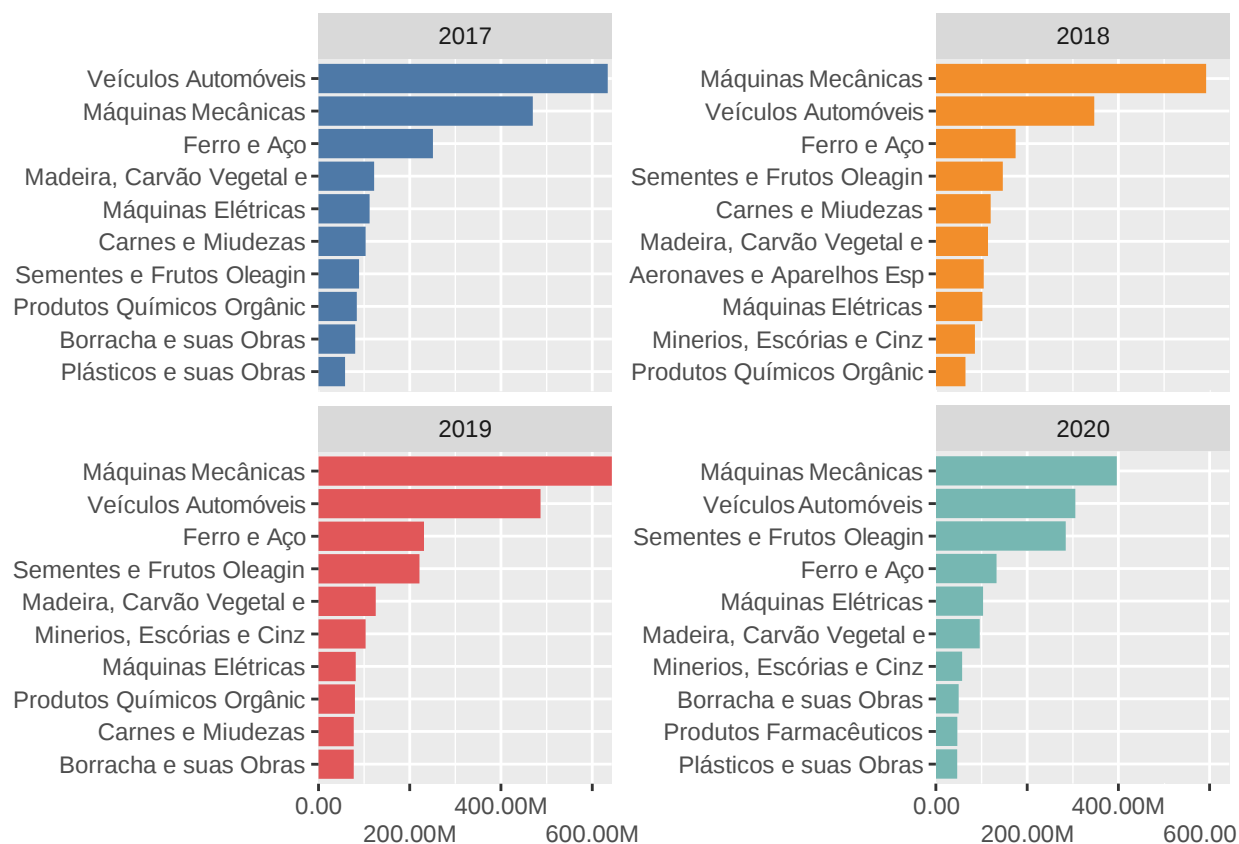
2.1 Dados entre Janeiro e Julho por País

2.1.1 Corrente de Comércio entre Janeiro e Julho



	2020	2019	2018	2017
Exportações	1.71 (-25.65%)	2.30 (5.16%)	2.19 (-0.05%)	2.19 (18.87%)
Importações	1.54 (-25.33%)	2.06 (-15.95%)	2.45 (29.95%)	1.88 (19.70%)
Saldo	175.66M (-28.34%)	245.12M (-194.82%)	-258.50M (-184.15%)	307.20M (14.02%)
Corrente	3.25 (-25.50%)	4.36 (-5.98%)	4.64 (13.82%)	4.08 (19.25%)

2.1.2 Dez principais exportações brasileiras, entre Janeiro e Julho



Exportações do Brasil em 2019



2.1.3 Tabela - Dez principais exportações brasileiras, entre Janeiro e Julho

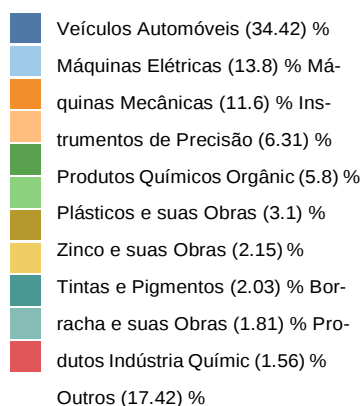
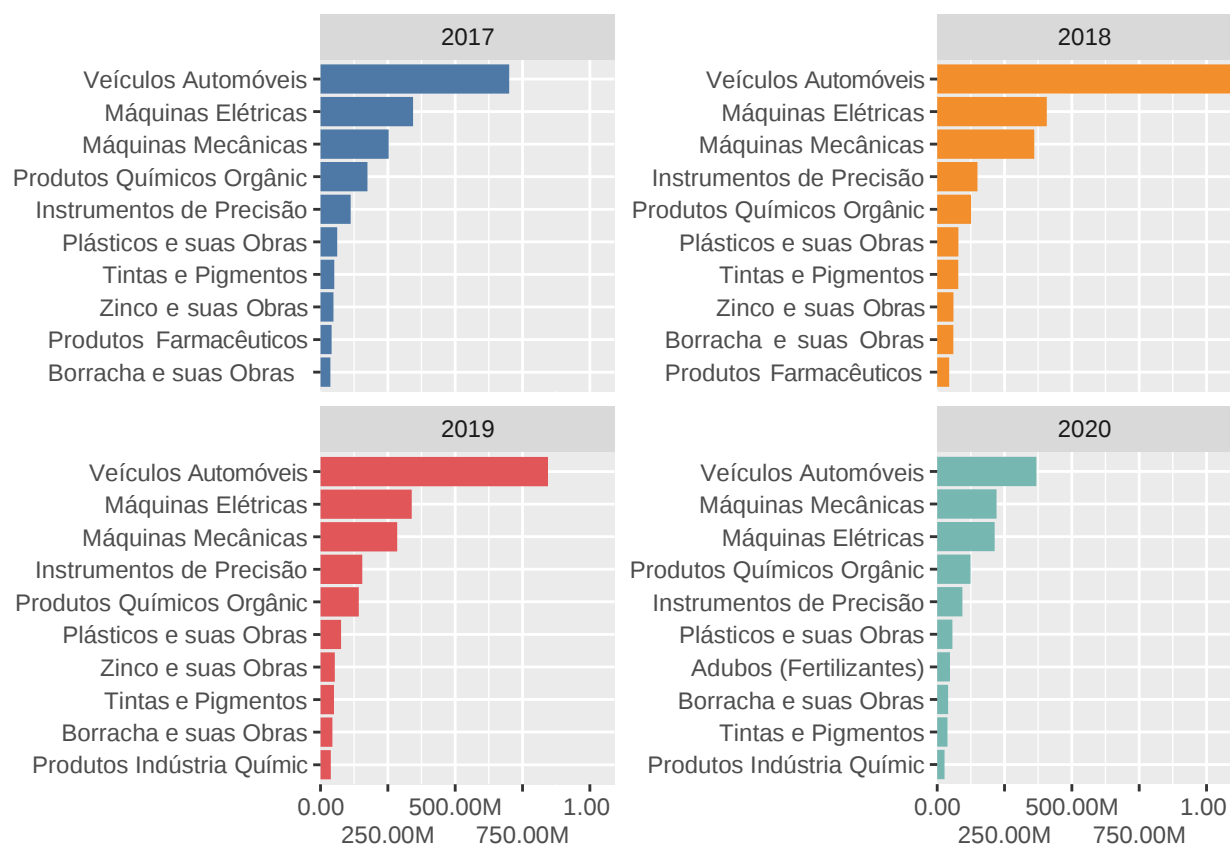
Posição	Produto	2020	Variação
1	Máquinas Mecânicas	326.24M	-40.67%
2	Sementes e Frutos Oleaginosos	267.17M	59.55%
3	Veículos Automóveis	229.43M	-44.07%
4	Ferro e Aço	121.82M	-38.92%
5	Máquinas Elétricas	88.72M	30.35%
6	Madeira, Carvão Vegetal e Obras	82.64M	-22.66%
7	Minérios, Escórias e Cinzas	45.17M	-50.69%
8	Borracha e suas Obras	43.83M	-34.78%
9	Produtos Químicos Orgânicos	40.95M	-35.47%
10	Produtos Farmacêuticos	39.07M	-15.66%

Posição	Produto	2019	Variação
1	Máquinas Mecânicas	549.85M	7.18%
2	Veículos Automóveis	410.17M	40.48%
3	Ferro e Aço	199.43M	17.17%
4	Sementes e Frutos Oleaginosos	167.45M	41.54%
5	Madeira, Carvão Vegetal e Obras	106.85M	10.06%
6	Minérios, Escórias e Cinzas	91.61M	15.86%
7	Máquinas Elétricas	68.06M	-25.41%
8	Borracha e suas Obras	67.21M	27.12%
9	Produtos Químicos Orgânicos	63.46M	2.86%
10	Plásticos e suas Obras	59.51M	26.70%

Posição	Produto	2018	Variação
1	Máquinas Mecânicas	513.04M	26.30%
2	Veículos Automóveis	291.98M	-46.18%
3	Ferro e Aço	170.21M	-12.07%
4	Sementes e Frutos Oleaginosos	118.31M	58.09%
5	Aeronaves e Aparelhos Espaciais	104.57M	427.96%
6	Madeira, Carvão Vegetal e Obras	97.08M	-3.90%
7	Máquinas Elétricas	91.25M	-5.07%
8	Carnes e Miudezas	90.12M	23.20%
9	Minérios, Escórias e Cinzas	79.06M	78.55%
10	Produtos Químicos Orgânicos	61.70M	-12.72%

Posição	Produto	2017	Variação
1	Veículos Automóveis	542.55M	29.79%
2	Máquinas Mecânicas	406.22M	13.70%
3	Ferro e Aço	193.57M	130.56%
4	Madeira, Carvão Vegetal e Obras	101.03M	47.12%
5	Máquinas Elétricas	96.12M	-8.81%
6	Sementes e Frutos Oleaginosos	74.84M	77.76%
7	Carnes e Miudezas	73.15M	27.39%
8	Produtos Químicos Orgânicos	70.69M	42.39%
9	Borracha e suas Obras	68.72M	20.55%
10	Plásticos e suas Obras	50.58M	20.41%

2.1.4 Dez principais importações brasileiras, entre Janeiro e Julho



Importações do Brasil em 2019



2.1.5 Tabela - Dez principais importações brasileiras, entre Janeiro e Julho

Posição	Produto	2020	Variação
1	Veículos Automóveis	368.27M	-48.20%
2	Máquinas Mecânicas	220.04M	-5.86%
3	Máquinas Elétricas	213.11M	-26.74%
4	Produtos Químicos Orgânicos	123.51M	7.67%
5	Instrumentos de Precisão	93.42M	-28.17%
6	Plásticos e suas Obras	56.20M	-9.95%
7	Adubos (Fertilizantes)	47.25M	31.80%
8	Borracha e suas Obras	40.55M	15.74%
9	Tintas e Pigmentos	37.86M	-7.54%
10	Produtos Indústria Química	27.07M	-19.52%

Posição	Produto	2019	Variação
1	Veículos Automóveis	710.88M	-23.89%
2	Máquinas Elétricas	290.90M	-16.31%
3	Máquinas Mecânicas	233.74M	-25.29%
4	Instrumentos de Precisão	130.06M	1.29%
5	Produtos Químicos Orgânicos	114.72M	4.72%
6	Plásticos e suas Obras	62.41M	-5.14%
7	Zinco e suas Obras	44.65M	-9.34%
8	Tintas e Pigmentos	40.95M	-38.71%
9	Adubos (Fertilizantes)	35.85M	904.58%
10	Borracha e suas Obras	35.04M	-28.72%

Posição	Produto	2018	Variação
1	Veículos Automóveis	934.02M	54.12%
2	Máquinas Elétricas	347.59M	21.60%
3	Máquinas Mecânicas	312.87M	48.15%
4	Instrumentos de Precisão	128.40M	37.37%
5	Produtos Químicos Orgânicos	109.54M	-27.34%
6	Tintas e Pigmentos	66.82M	52.35%
7	Plásticos e suas Obras	65.79M	22.33%
8	Zinco e suas Obras	49.25M	22.88%
9	Borracha e suas Obras	49.16M	69.11%
10	Produtos Farmacêuticos	39.14M	4.05%

Posição	Produto	2017	Variação
1	Veículos Automóveis	606.02M	46.37%
2	Máquinas Elétricas	285.84M	17.76%
3	Máquinas Mecânicas	211.18M	15.97%
4	Produtos Químicos Orgânicos	150.76M	21.68%
5	Instrumentos de Precisão	93.47M	18.88%
6	Plásticos e suas Obras	53.78M	15.13%
7	Tintas e Pigmentos	43.86M	106.77%
8	Zinco e suas Obras	40.08M	79.78%
9	Produtos Farmacêuticos	37.62M	17.83%
10	Combustíveis, Óleos e Ceras minerais	31.98M	-55.03%